



Ata N.º 32

Ao sexto dia do mês de dezembro de dois mil e dezoito, neste concelho de Portalegre e na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho compareceram: Maria Adelaide de Aguiar Marques Teixeira, Presidente da Câmara Municipal, Nuno Gonçalo Franco Lacão, João Nuno Cativo Cardoso, Armando Jorge Mendonça Varela, Luís Manuel Madeira Pargana, Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns e Artur Jorge Coelho Correia na qualidade de Vereadores, para realizarem a reunião extraordinária de Câmara.-----

Estiveram presentes os seguintes dirigentes e trabalhadores: Maria Ester Sequeira, chefe intermédia de terceiro grau da divisão de administração geral e finanças, José Manuel Gandum, chefe da divisão de administração geral e finanças e Nuno Bambulo assistente técnico tendo a reunião sido secretariada pelo chefe da divisão de administração geral e finanças, José Manuel Figueiredo Gandum. -----

ABERTURA DA REUNIÃO: Pela Senhora Presidente foi a reunião declarada aberta eram 17.15 horas, passando a Câmara Municipal a tratar os assuntos constantes da ordem de trabalhos: -----

A. Substituições

O Senhor Vereador José Correia da Luz fez-se substituir, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, a Senhora Vereadora Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns, nos termos do estabelecido pelo n.º1 do art.º 79.º daquele diploma.-----

A Câmara Municipal nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou considerar justificada a falta dada pelo membro atrás referido. ---

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

II - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sem Intervenção

Nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não foi formulado qualquer pedido de intervenção por parte do público assistente.-----



III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GAP- GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Tomou a palavra a Senhora Presidente, a qual apresentou cumprimentos a todos os presentes, tendo dado início à Reunião de Câmara, referindo: "Esta reunião extraordinária tem apenas um único ponto e que se refere à proposta de alteração ao título de direito de superfície constituído a favor da Fundação Robinson. Relativamente a esta questão em termos de informação jurídica, penso ter sido tudo enviado, sendo eu que gostaria de informar que gostava que ficasse em ata que a reversão deste espaço deve-se ao facto deste espaço já se encontrar fechado à muito tempo, sendo que por isso mesmo não tem existido nenhuma atividade, sendo que assim faz todo o sentido que esta reversão aconteça a favor dos proprietários do terreno, que neste caso é a Câmara Municipal de Portalegre, e o não ter sido ainda passado para a Fundação Robinson, foi com o propósito de mais tarde a Fundação Robinson passar o direito de superfície para o ICTVR e isso nunca veio a acontecer, uma vez que o próprio ICTVR não cumpriu as cláusulas que estavam estipuladas tendo este assunto na altura sido presente a reunião de Câmara bem como à Assembleia Municipal e tendo em conta o tempo que já passou, achamos que neste momento deve o mesmo voltar ao município." -----

Diversos

1071 – Pela Senhora Presidente foi presente proposta de alteração ao título de direito de superfície constituído a favor da Fundação Robinson, passando este imóvel para a posse do município o mais depressa possível para o mesmo ser reaberto, esta operação justifica-se pelo facto de este espaço estar fechado há bastante tempo e não ter tido nenhuma atividade e encontrar-se a degradar cada vez mais. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Artur Correia, o qual apresentou cumprimentos a todos os presentes tendo passado a referir o seguinte: "Em nome do Partido Socialista, quero referir que é uma pena aquelas instalações estarem fechadas à tanto tempo podendo as mesmas ser utilizadas para a cultura em Portalegre, não tendo também a noção se todas os equipamentos ainda estão no seu interior, uma vez que tivemos conhecimento que o espaço terá sido vandalizado. Ao reverter este espaço e aqui o Partido Socialista está 100% com a situação de reverter a favor da Câmara Municipal, esse espaço deverá ser novamente um espaço comum para a nossa cidade e para as nossas associações." -----



Handwritten signature and initials

Tomou novamente a palavra a Senhora Presidente a qual disse: "Respondendo ao Senhor Vereador relativamente aos equipamentos que lá se encontram, na altura a Câmara Municipal de Portalegre à cerca de dois três anos, no âmbito de um processo de credores, fui nomeada fiel depositária de todo o equipamento pela Dr.ª Juíza que estava com o processo, tendo eu aceite a nomeação mas com a condição que se efetuasse um levantamento exaustivo de tudo o que existia na altura. Passado algum tempo desenvolveu-se um processo de hasta pública, e o Município de Portalegre comprou o equipamento que lá se encontrava, nomeadamente equipamento de escritório, cadeiras, mesas e equipamento informático. Parte desse equipamento encontra-se já no edifício da Câmara Municipal, nomeadamente os computadores, algumas mesas, algumas cadeiras, sendo que a Divisão Financeira tem o levantamento exaustivo que foi efetuado na altura, e portanto eu respondo sobre o equipamento existente à data do levantamento feito. Informo ainda que foi instalado nas instalações um sistema de alarme, sendo que até à data não tenho conhecimento que tenha acontecido alguma intrusão no espaço, terá no entanto antes de ter ficado como fiel depositária acontecido uma situação de intrusão, da qual resultaram danos na parte elétrica e de AVAC. Por fim refiro que queremos que aquele espaço venha a ser um espaço cultural para a nossa cidade, mas se será para as associações mais tarde a Câmara decidirá o futuro daquele espaço." -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Luís Pargana o qual apresentou cumprimentos a todos os presentes, tendo de seguida referido o seguinte: "Tenho uma questão a colocar, antes da intervenção propriamente dita, que tem a ver com o objetivo desta reversão, por aquilo que percebi e pela explicação que a Senhora Presidente agora deu após a reversão a Câmara decidirá o que fazer com o edifício mas eu perguntava exatamente qual o objetivo da reversão." -----

Tomou a palavra a Senhora Presidente a qual respondeu à questão colocada pelo Senhor Vereador Luis Pargana, passando a referir o seguinte: " O objetivo da reversão é que estando o mesmo na Câmara teremos outra dinâmica uma vez que a Câmara tens outras possibilidades que a Fundação não possui. Neste momento sei exatamente o que fazer àquele espaço, ou seja abri-lo o mais rapidamente possível à comunidade, iniciando desde já uma avaliação às patologias que o edifício tem e imediatamente a segui encontrar um objetivo para o edifício." -----

Tomou novamente a palavra o Senhor Vereador Luís Pargana o qual disse: "A razão de ser com a pergunta que fiz, tem a ver com alguma estranheza em relação ao tratamento diferenciado que esta proposta que a Senhora Presidente apresenta



pressupõe, em relação a outros bens também administrados pela Fundação Robinson que estão nos 7 hectares da Fábrica Robinson. Desde logo, naturalmente aquilo que é mais valioso naquele espaço que é o património industrial que está no estado de degradação que conhecemos, mas não só. Em igualdade de circunstâncias com o edifício do ICTVR, temos logo ao lado o auditório "a máquina", também já não digo por estrear porque de vez em quando é utilizado para iniciativas, quer da Fundação Robinson quer do Município. Mas está também o parque de estacionamento, ali ao lado e, portanto, estranho que haja agora este tratamento diferenciado em relação ao edifício do ICTVR, que está de facto fechado e a degradar-se mas que não é o único, existem outros edifícios igualmente administrados pela Fundação Robinson que estão igualmente fechados e igualmente a degradar-se, não falando já, e devemos falar sempre, da arqueologia industrial da antiga fábrica que está também ela fechada e a degradar-se, e portanto daí a minha estranheza que haja este tratamento diferenciado. Agradeço a resposta da senhora Presidente à minha questão prévia, referindo a senhora presidente que havia uma intenção de aproveitamento cultural para aquele espaço e que havia a intenção de abrir aquele espaço ao público, aos portalegrenses e àqueles que nos visitam, o mais depressa possível, e essa intenção é evidentemente uma intenção de saudar porque o que queremos é que aqueles 7 hectares da antiga fábrica Robinson, rapidamente sejam colocados ao serviço de Portalegre, do desenvolvimento de Portalegre e do usufruto dos portalegrenses, o qual tem um potencial tremendo do interesse económico que pode dar à nossa cidade e à nossa região, e muitos são os exemplos no nosso país e por esse mundo fora de espaços industriais antigos que deixaram de cumprir essa função mas que mais tarde foram aproveitados por outras entidades com sucesso. É isso que nós desejamos e já agora penso que será importante recordar que faz sensivelmente agora 1 ano que a Assembleia da República aprovou por unanimidade, não uma proposta de resolução mas seis, apresentadas, por todas as forças políticas com assento parlamentar, pelos Verdes, pelo PAN, pelo CDS-PP, pelo PS, pelo PSD, pelo PCP, portanto todas as forças políticas com assento parlamentar apresentaram o seu voto no projeto de resolução para a salvaguarda da Fábrica Robinson no seguimento de uma petição que foi assinada por mais de 4 mil cidadãos tendo sido todas as propostas aprovadas por unanimidade e dessa aprovação saiu uma recomendação única ao governo, e 1 ano depois da parte do governo, não vemos atitude nenhuma em relação à Fábrica Robinson, tendo recentemente acontecido uma visita de 4 membros do governo à nossa cidade não tendo sido objeto dessa visita o património industrial. Assim, o que interessa é que aquele espaço estando fechado deverá ser reaberto no seu todo, embora, naturalmente de forma faseada, voltando a referir, que não havendo uma intenção desde já definida para o edifício



do ICTVR conforme a senhora Presidente acabou de explicar continuo a não perceber a razão deste tratamento diferenciado, e termino a minha intervenção dizendo o seguinte, quando esta reunião extraordinária foi conversada entre todos os elementos da Câmara no seu gabinete, fiz de certa forma um apelo à Senhora Presidente para que este assunto não fosse presente à Câmara para deliberação sem que em simultâneo fosse também colocado à apreciação da Câmara a proposta de uma auditoria à Fundação Robinson que foi deliberada em 19 de outubro pelo conselho de administração daquela fundação, e aquilo que na altura apelei à Senhora Presidente foi para que essa auditoria, que irá permitir clarificar com rigor, a situação patrimonial, administrativa e financeira de toda a fundação Robinson, ajudaria esta Câmara a pronunciar-se com maior conhecimento e maior propriedade sobre a proposta que nos apresenta parcial em relação ao edifício do ICTVR. Volto a dizer que não percebo porque é que a questão da auditoria não é colocada à Câmara, porque é que nós não nos pronunciamos sobre essa proposta e porque é que não tentamos enquanto órgão executivo encontrar uma solução o mais global possível, o mais consensualizada possível para um espaço que é de todos nós portalegrenses e que nos deve orgulhar. A senhora Presidente entendeu, enfim, está no seu direito, em trazer apenas a proposta do destrute e em não trazer a questão da auditoria que evidentemente também englobaria a atuação do ICTVR, sendo que se a Senhora Presidente preferir uma auditoria específica ao ICTVR, naturalmente que a CDU a acompanhará, porque aquilo que nos interessa é perceber o que vamos receber porque uma internalização da Fundação Robinson representa uma internalização dos ativos mas também dos passivos e portanto será importante antes de qualquer decisão de internalizar o que quer que seja, neste caso com o ICTVR, sem se conhecer o que aconteceu com a gestão do mesmo, e portanto penso que todos ganharíamos com uma atitude de transparência para com o que se passou ali ao longo destes anos e o que é que ali está. Na altura no gabinete da Senhora Presidente disse-lhe e agora digo-o aqui que é muito difícil para a CDU participar em qualquer decisão relacionada com a Fundação Robinson ou com o que lhe esteja relacionado, por exemplo o ICTVR, sem que antes exista a decisão da realização da auditoria, em nome da transparência e em nome do rigor. A CDU nunca recusará a sua participação no que quer que tenha a ver com o pagamento de ordenados aos trabalhadores que ainda se mantêm na Fundação Robinson e a CDU nunca recusará a sua participação em qualquer decisão que vise salvaguardar o património industrial daquela fábrica que, como se sabe, está em risco de degradação avançada. Tudo o resto é para nós uma situação desconfortável uma vez que este desconforto é agravado por nós percebermos que existindo há mais de 1 mês uma decisão do próprio conselho de administração da Fundação Robinson para a realização da



auditoria, essa decisão continua sem ser presente à Câmara Municipal, apesar de ter sido enviada para ser discutida em sede de executivo, e portanto, se alguma razão existe para manter na gaveta uma decisão tão importante do conselho de administração da Fundação Robinson, é difícil para nós tomarmos qualquer tipo de decisão que esteja relacionada, e portanto a posição da CDU será a de não acompanhar esta votação, independentemente de não termos em tese nada contra o que está aqui proposto, mas sim por uma questão preventiva e de cautela." -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Artur Correia o qual disse: "Existe uma coisa que o PS tem que frisar e que é o seguinte. No conselho de administração da Fundação Robinson o PS não estava representado sendo que estamos aqui para trabalhar em prol da cidade de Portalegre, e não é por não termos tido acesso a atas e outros documentos que vamos levantar problemas. Houve uma votação do conselho e administração da fundação Robinson, e espero que a seu tempo venha a reunião de Câmara a referida ata para que aí se possa ter conhecimento e que de uma vez por todas seja explicado o que está aqui em causa. Tendo já passado muito tempo acho que será muito bom que se realize a passagem deste equipamento para a Câmara Municipal, uma vez que pode ser o início da resolução do problema e é isso que o PS pretende, querendo fazer parte da resolução deste problema." -----

Tomou novamente a palavra o Senhor Vereador Luís Pargana o qual referiu: "foi-me dito pelo administrador da Fundação Robinson que foi indicado pela CDU, o Prof Gonçalo Pacheco, que transmitiu já há bastante tempo a sua disponibilidade para ir assinar a ata quando a mesma tivesse a sua redação final, e portanto não há da parte do administrador da CDU nenhum impedimento em assinar a ata daquela reunião, em que participou, apesar posteriormente ter renunciado ao cargo de administrador." -----

Tomou a palavra a Senhora Presidente que passou a referir: "respondendo ao Senhor Vereador Luis Pargana, para já acho que em consciência os senhores devem ter a noção que não se trata de um distrate, nem de uma internalização, a associação continua independentemente do património regressar à Câmara que é afinal o seu dono legítimo, o que estamos a fazer aqui é com que um imóvel que é da camara que foi passado para a fundação com um objetivo específico e uma vez que o ICTVR nunca cumpriu com as clausulas a que se obrigava esse imóvel irá regressar à posse da Câmara municipal não passando tudo porque existe propriedade que é da fundação Robinson que é a maioria dos edifícios, onde está o estacionamento, e portanto eu não posso passar da mesma forma que estou a passar este os outros



edifícios uma vez que são propriedade da fundação Robinson. Neste caso somos nós Câmara Municipal os proprietários. Quanto aos auditórios, os mesmos foram objeto de candidaturas ao INTERREG, o que por agora não é possível qualquer alteração de titularidade dos mesmos enquanto os prazos estabelecidos pelos fundos comunitários não o permitir. Quanto à arqueologia industrial existe uma candidatura de cerca de 400 mil euros, a qual é sua promotora a Fundação Robinson, estando a ser já desenvolvido o projeto pelo Instituto Politécnico para que haja uma intervenção ao nível das chaminés, sendo o prazo para entrega do projeto seja 60 dias. Quanto à recomendação que foi feita ao governo, estou à espera de um agendamento de uma reunião com a Senhora Ministra da Cultura para poder perceber se existe alguma solução para o espaço em questão. Relativamente à auditoria já expliquei mais que uma vez o porque de ainda não ter sido agendado esse assunto, sendo que para isso acontecer são necessários documentos oficiais, os quais ainda não foram entregues à Câmara Municipio, nomeadamente a ata onde foi deliberada essa auditoria" -----

Declaração de Voto do Senhor Vereador Luís Pargana

"O meu Voto contra é um voto cautelar perante a recusa da Senhora Presidente da Câmara agendar a proposta de realização de uma auditoria à Fundação Robinson, conforme foi deliberado pelo Conselho de Administração daquela entidade, na sua reunião de 19 de outubro e remetido à Câmara Municipal. -----

Declino assim, qualquer responsabilidade financeira, criminal ou outra relacionada ou corelacionada com a presente deliberação." -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 VOTO contra do Senhor Vereador Luís Pargana. -----

1. Aprovar a alteração do direito de superfície titulado através da escritura exarada no dia 26 de julho de 2004 e retificada em título exarado em 29 de junho de 2005, no que diz respeito a uma área de 1876m² do prédio inscrito na matriz sob o artigo 3948, atualmente sob o artigo 3985, da União das Freguesias da Sé e São Lourenço – área sobre a qual deixará de incidir o direito de superfície, mantendo-se o direito de superfície conforme consta naquelas escrituras, na área restante; -----
2. Notificar o superficiário em sede de audiência de interessados relativamente ao teor desta deliberação de Câmara, no prazo de 10 dias úteis; -----
3. Aprovar a celebração da Escritura de alteração do título de constituição de direito de superfície; -----
4. Aceitar pagar os emolumentos da celebração da Escritura de alteração; -----
5. Remeter o assunto à **Assembleia Municipal** conforme disposto na i) do n.º 1 do art.º 25 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----



1072 – APROVAÇÃO EM MINUTA

De acordo com o disposto n.ºs 3 e 4 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

1073 – ENCERRAMENTO DA REUNIAO

E não havendo mais assuntos a tratar, pela Senhora Presidente foi encerrada a reunião, eram 17.55 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, José Manuel Gandum, que a secretariei. -----

A Presidente da Câmara _____

O Secretário _____